

**PAPÉIS DO CONHECIMENTO NA APLICAÇÃO DA TEORIA DO COMMONS  
PARA DESTINO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL: POSSÍVEIS APLICAÇÕES DA  
GESTÃO DO CONHECIMENTO**

**Leonardo Lincoln Leite de Lacerda<sup>1</sup>**

**Ana Ester da Costa<sup>2</sup>**

**Alexandre Augusto Biz<sup>3</sup>**

**Roberto Carlos dos Santos Pacheco<sup>4</sup>**

***Abstract:** The study contribute to the theme of sustainable tourism through knowledge from the perspective of sustainable Commons, exploring the literature to verify what are the necessary knowledge resources to achieve a sustainable tourist destination and that can be applied through the Management of Knowledge – GC. The methodology conducted was the integrative systematic review that allowed the identification of Roles of knowledge in the tourist common good. The categories analyzed were: to raising awareness about tourism; to educate and empower destination users; to value local identity; and to foster collective action. Each variable was characterized by subcategories. The results indicate that there is still a lack of sustained processes of creation and sharing of knowledge typical of KM. In the knowledge commons, the management of this resource can be the difference to make tourism focused on sustainability.*

***Keywords:** knowledge roles; sustainable tourist destination; commons; integrative review.*

**Resumo:** O estudo busca contribuir com a temática do turismo sustentável visto sob a perspectiva de Commons sustentáveis pela via do conhecimento, explorando a literatura para verificar quais são os recursos de conhecimentos necessários para alcançar um destino turístico sustentável e que possam ser aplicados por meio da Gestão do Conhecimento – GC. A metodologia conduzida foi a revisão sistemática integrativa que permitiu a identificação de Papéis do conhecimento no bem comum turístico. As categorias analisadas foram: conscientizar sobre o turismo; educar e capacitar os usuários do destino; valorizar a identidade local; e fomentar ações coletivas. E cada variável foi caracterizada por subcategorias. Os resultados apontam que ainda há carência dos processos sustentados de criação e compartilhamento de conhecimento próprios da GC. Nos commons de conhecimento, a gestão desse recurso pode ser a diferença para tornar o turismo com foco na sustentabilidade.

***Palavras-chave:** papéis do conhecimento; destino turístico sustentável; commons; revisão integrativa.*

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2730-1746>. e-mail: [leollacerda@yahoo.com.br](mailto:leollacerda@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1042-4627>. e-mail: [anadepaula2000@gmail.com](mailto:anadepaula2000@gmail.com)

<sup>3</sup> Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3235-9328>. e-mail: [alexandre.biz@ufsc.br](mailto:alexandre.biz@ufsc.br)

<sup>4</sup> Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2528-2433>. e-mail: [rpacheco@egc.ufsc.br](mailto:rpacheco@egc.ufsc.br)

## 1. INTRODUÇÃO

O planejamento dos espaços, serviços e atividades turísticas são fundamentais para evitar a agressão e perturbação ao meio ambiente, bem como manter a atratividade e sustentabilidade dos recursos naturais (Ruschmann, 2016). O efeito do turismo de massa nos ambientes naturais e sensíveis demandam a urgência em buscar um equilíbrio do eixo articulador entre a “oferta” e a “demanda” turística. O turismo ecológico, por exemplo, cuja a viabilidade e validade pode estar relacionada mais a questões econômicas e menos como alternativa de preservação do potencial turístico (Ruschmann, 2016). O que pode ser evidenciado em ações de viés *top-down*, exercida pelo Estado (por meio de legislação) ou pelo mercado (pelo poder econômico) (Ruiz-Ballesteros, 2017). Apesar desses sistemas centralizados serem mais facilmente encontrados, são menos adequados para utilização sustentável dos recursos de uso comum (Carlsson & Sandström, 2008). Nessa perspectiva, o desafio que se apresenta é encontrar um equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo impulsiona e o seu desenvolvimento, minimizando os efeitos negativos e externalidades do processo turístico (Ruschmann, 2016).

Nesse sentido, as áreas e recursos de uso comum, ou seja, compartilhado pelos coletivos (*commons*) podem representar uma rede de coprodução de recurso baseado em conhecimento e integrado em uma cadeia de valor (portanto, ativo intangível) (Pacheco, 2016). A Teoria do *Commons* contribui para esses “sistemas sociais vivos através dos quais as pessoas dirigem seus problemas compartilhados de maneira auto organizada” (Bollier & Helfrich, 2019, p. 17, tradução nossa). Conjuntamente com a GC nas políticas de turismo, com vistas ao desenvolvimento sustentável, pode culminar no aumento da resiliência do destino às mudanças e condições de mercado (Sanz-Ibáñez et al., 2019). Algo que pode contar com uma “rede de conhecimento administrada”, ou seja, formas de governança de conhecimento que auxiliem na aprendizagem e na inovação (McLeod & Vaughan, 2015). Assim, o trabalho e responsabilidades compartilhadas pelos diferentes atores pode ser uma forma eficaz para assegurar a gestão sustentável do Turismo.

Busca-se, a partir do exposto, por meio de uma Revisão Integrativa levantar conhecimentos necessários sobre a relação entre turismo e *Commons* e contribuir com o entendimento deste tema identificando as lacunas de pesquisa para essa relação. Os resultados apresentados são frutos de uma pesquisa de doutorado.

As seções se dividem em introdução, revisão bibliográfica, seção metodológica com o desenho da pesquisa, os resultados e respectivas discussões, e se encerra com as considerações finais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. TURISMO, COMMONS E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Gil et al. (2020, p. 83, tradução nossa) entendem o turismo como um fenômeno “complexo que abrange múltiplos setores e agentes, e deve ser estudado como um sistema cujas interações não podem ser separadas do destino turístico onde a atividade ocorre”.

O destino turístico é um elemento central e diz respeito ao contexto do turismo, ao processo de consumir atrações turísticas, como também, lidar com suas consequências (Martins, 2018). A complexidade do turismo requer perspectiva interdisciplinar, principalmente para abordá-la de uma maneira generalizada e contextualizada, com vias à inovação (Trunfio e Campana, 2019).

A Teoria do *Commons* pode ajudar na sustentabilidade do turismo, pois o estudo seminal de Ostrom (1990) mostrou a possibilidade de compartilhamento de recursos e atividades em determinadas comunidades. De acordo com a autora, os co-apropriadores de um *commons* se encontram unidos em uma rede de interdependência, criada para que o compartilhamento de um recurso seja feito de forma sustentável. Em vista disso, regras institucionais foram modeladas e vão desde o nível operacional (como se apropriar, prover, monitorar e fiscalizar o recurso), passando pelo nível de escolha coletiva (como gerenciar decisões e formular políticas), até o nível constitucional (como formular governança e modificar as decisões constitucionais).

Hess e Ostrom (2007) afirmam a possibilidade de um *commons* ter seus limites bem definidos (como um parque), ser transfronteiriço (como um rio), ou não ter delimitações claras (como o conhecimento). Assim, as autoras enfatizam que o foco do *commons* não está no sistema de propriedade ou em contratos, mas nas normas sociais e mecanismos legais que permitem o compartilhamento da propriedade e o controle dos recursos. Portanto, elas afirmam que índices econômicos como o produto interno bruto não são adequados para medir e entender um *commons*, mas sim critérios como a sustentabilidade, a transparência na tomada de decisões, o consenso, a igualdade e a legitimidade moral (princípios e valores).

Por outro lado, a GC também guarda relação direta com o alcance de um destino turístico sustentável. Isso porque o conhecimento é tido como a base do poder das partes interessadas para a implantação de práticas sustentáveis no turismo (Moscardo, 2011). Pode-se destacar que a GC (e a transferência de conhecimento) é uma área emergente de pesquisa na literatura de turismo e hospitalidade (Shaw e Williams, 2009). E não obstante, os atores do turismo compartilham problemas, desafios e dúvidas parecidas (ou comuns) para o desenvolvimento sustentável. Situação esta que requer condições que facilitem a aprendizagem. Dessa forma, uma política ou estratégia baseada no conhecimento será útil para apoiar a tomada de decisão responsável (Borges et al., 2012).

### 3. METODOLOGIA

Para este estudo foi conduzida uma revisão integrativa da literatura por se tratar de uma abordagem metodológica ampla e considerar estudos experimentais e não-experimentais com uma gama de propósitos (definição de conceitos, revisão de teorias e evidências) (Souza et al., 2010).

Utilizou-se as etapas sugeridas por Tranfield et al. (2003): a) a identificação da pesquisa, b) a seleção dos estudos, c) a avaliação da qualidade dos estudos, d) a extração de dados e monitoramento do progresso, e) a síntese dos dados.

Os descritores utilizados foram os termos “*commons*”, “*common-pool resource\**”, “*common pool resource\**”, “*tragedy\* of the commons*”, “CPR” e “Ostrom”, que abordam o tema sobre bem comum (possível tradução para commons). A estratégia de usar o asterisco foi devido à preocupação de não deixar termos semelhantes de fora da pesquisa, abordando tanto “*resource*” quanto “*resources*”, e tanto “*tragedy*” quanto “*tragedies*”. Em complemento, foram utilizados os termos “*tourist\**” (para abarcar ideias relacionadas a turismo, turista, turístico) e “*destination*”.

As buscas sistemáticas foram realizadas nas bases Scopus (46 resultados), Web of Science (106 estudos), SciELO (01 estudo), e Google Scholar (10 primeiros trabalhos), totalizando 163 estudos) (primeiro de julho de 2021). O termo “*common*” foi adicionado na estratégia de busca AND NOT na base de dados da Scopus, e NOT na Web of Science, com intuito de evitar o levantamento de textos com temas diversos e não aderentes a esta proposta.

O EndNote Web foi utilizado para a fase de seleção dos estudos, gestão dos dados e de textos. Dos 163 estudos, 30 foram excluídos (duplicados) e 9 não foram localizados, totalizando 124 textos (leitura dos títulos, resumos e palavras-chave - terceira fase da revisão integrativa).

Os critérios de exclusão foram: a) texto que não fazia relação direta ao turismo; b) texto que não abordou o termo *commons* ou *common-pool resource*; c) texto sem apresentar uma relação entre *commons* e turismo; d) tipo de documento relacionado a notas, relatórios, teses e dissertações, dados de censo, patentes, publicações governamentais e editoriais. Após esta fase resultaram foram excluídos 92 artigos, permanecendo 32.

Os critérios de inclusão aplicados foram: a) textos em inglês, espanhol e português; b) temporalidade – sem restrição de data da busca sistemática; c) texto que apresentou alguma teoria ou discussão (teórica ou empírica) envolvendo *commons*; d) texto que apresentou o turismo como um (ou o) vetor de contexto; e e) texto que abordou a teoria de Ostrom quando relacionada a *common-pool resource* ou *commons*. Para tanto, os 32 textos foram lidos na íntegra, sendo que 10 foram excluídos, permanecendo 22 (Healy, 1994; Briassoulis, 2002; Holden, 2005; Pintasilgo & Silva, 2007; Moore & Rodger, 2010; Dodds, 2010; Tseg et al., 2011, Ruiz-Ballesteros & Brondizio, 2013; Wang, 2014; Ponting & O'brien, 2014; Heenahan et al., 2014; Briassoulis, 2015; Cole & Browne, 2015; Phan et al., 2016; Holm et al., 2017; Ruiz-Ballesteros, 2017; Sores et al., 2017; Colloredo-Masfeld et al., 2018; Sæþórsdóttir et al., 2020; Zhang, 2020; Alipour & Arefipour, 2020; Tasso et al., 2021).

Na quarta fase do processo de revisão os textos foram lidos novamente para a extração de dados e a coleta manual para organização e análise em uma planilha do Excel “Matriz de Análise”. A análise e síntese dos dados, realizada de forma descritiva, foi realizada por meio da estratégia de enquadramento dos dados em agrupamentos de ideias semelhantes (síntese temática) e interpretados para produzir temas analíticos (Barnett-Page & Thomas, 2009).

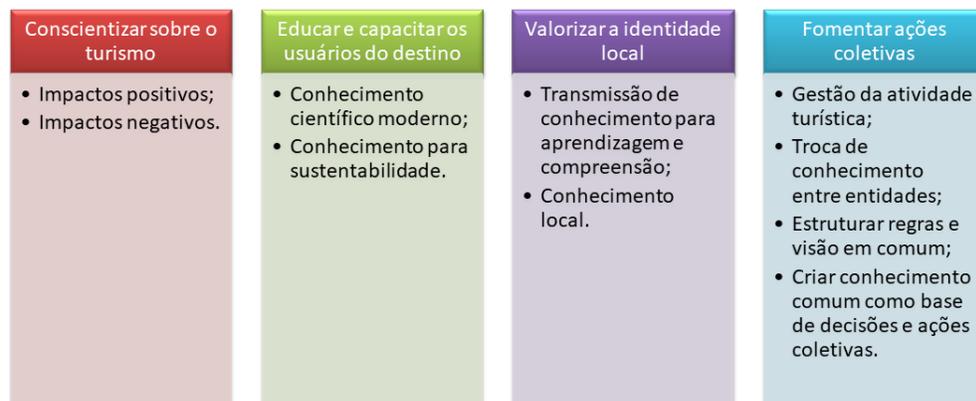
#### **4. PAPÉIS DO CONHECIMENTO (E DA GC) NO BEM COMUM TURÍSTICO**

Os estudos analisados trouxeram aspectos significativos de como o conhecimento pode contribuir para o bem comum turístico. Estes foram aglutinados em quatro temas gerais (figura 1). Outros estudos analisados não trouxeram contribuição neste tema (Briassoulis, 2015; Healy, 1994; Holden, 2005; Phan et al., 2016).

A categoria “conscientizar sobre o turismo” envolve a necessidade de a comunidade do destino tomar consciência e se sensibilizar sobre os benefícios e malefícios da atividade turística (Alipour & Arefipour, 2020; Cole & Browne, 2015; Holm et al., 2017; Sæþórsdóttir et al., 2020).

Antes de uma comunidade investir no bem comum turístico é importante conhecer seus impactos. Impactos positivos podem ser de natureza econômica (como a geração de emprego e renda aos moradores locais), social (a divulgação e valorização da cultura local, por exemplo), e ambiental (como a conscientização e proteção das riquezas naturais). Já os negativos passam: a) pelo domínio de atividades comerciais sobre os demais interesses locais (Alipour & Arefipour, 2020); b) pela negligência à sustentabilidade ambiental (Wearing & Ponting, 2009); c) pela obstrução da participação da comunidade local (Scheyvens, 2011); d) pela criação de dificuldades para aplicação de atividades turísticas alternativas (Sofield, 2003), e) pela exclusão e subtração do conhecimento local (tradicional) (Marcinek & Hunt, 2019); e f) sobre o impacto do turismo excessivo e como o mesmo é retratado nas mídias (Sæþórsdóttir et al., 2020).

Figura 1. Papéis do conhecimento no bem comum turístico.



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Portanto, Hatipoglu et al. (2016) questionam até que ponto o turismo realmente beneficia a comunidade de um destino, tendo em vista uma distribuição de benefícios feita de forma não equitativa. Assim, a comunidade local precisa saber sobre oportunidades e ameaças do turismo, afinal é ela a que mais sofre com os efeitos negativos de tal atividade (Joppe, 2018). As estratégias da GC (como a transferência de conhecimento) devem considerar essas comunidades local (seu interesse em desenvolver o turismo) por meio de capacitação e fortalecimento do

capital social, que Shaw e Williams (2009) observam como um dos requisitos para a operacionalização de processos da GC.

A categoria “educar e capacitar os usuários do destino”, aborda dois subtemas. Um deles sobre o “conhecimento científico e moderno”, o qual é insuficiente em muitas áreas rurais resultando: a) na dependência de tais comunidades do conhecimento operacional e do capital externo (Wang, 2014); e b) na ameaça de danos graves ao ambiente decorrente da falta de certeza científica (Tseng et al., 2001). O que reduz a autonomia local na tomada de decisões, de ações e de aproveitamento de benefícios, um dos princípios de sucesso de auto governança de bem comum elaborado por Ostrom (1990).

O “conhecimento para sustentabilidade” envolve uma série de cuidados. Um deles sobre o uso, a disponibilidade e a forma de acessar um *commons* (considerando a variedade de atores, como visitantes, moradores; usuários e tomadores de decisão) (Cole & Browne, 2015; Dodds, 2010); ou sobre como conscientizar e valorizar o patrimônio e o meio ambiente, e promover a educação ambiental junto a ambientes naturais (Alipour & Arefipour, 2020; Tasso et al., 2021). Ações que precisam ser observadas não apenas pelo valor de troca (puramente comercial), mas pelo seu valor de uso, fundamental para a comunhão com o bem comum ao perceber sua importância em si (Bollier, 2007; Bollier & Helfriech, 2019). Além disso, a educação para a sustentabilidade não se restringe aos aspectos econômico e ambiental, mas também ao social. Exemplo disso são os abusos financeiros que alguns visitantes sofrem por não terem acesso a certas informações e conhecimentos sobre o destino, exigindo uma conscientização por parte dos prestadores de serviços (Pintassilgo & Silva, 2007).

No subtema “transmissão de conhecimento para aprendizagem e compreensão”, no tópico “valorizar a identidade local” tem relação com a valorização da identidade (cultura, memória, história, geografia, artes, manifestações, religiosidade, saberes tradicionais, gastronomia, etc.), divulgando-a aos visitantes por meio de um processo informativo (Tasso et al., 2021; Zhang, 2020); e de mecanismos para entendimento transcultural para criar um ambiente de respeito mútuo entre usuários internos e externos (Ponting & O’Brien, 2014). O que ajuda, inclusive, a despertar vocações e potencialidades para o desenvolvimento do setor, ao se oferecer ao visitante a autenticidade local (seu conhecimento, vocações, etc.) em forma da estruturação de atrativos e serviços (Tasso et al., 2021). Destaca-se o processo de transferência ao invés de

compartilhamento do conhecimento, pois o primeiro remete à ideia de disseminação com absorção (processo cognitivo de capacidade de compreensão e assimilação do conhecimento) (Freire et al., 2017), indicando um compromisso mais aprofundado da gestão do conhecimento.

O subtema “conhecimento local” é responsável pelo alcance de dois dos princípios de Ostrom (1990). Um deles se refere aos “limites claramente definidos” (Cole & Browne, 2015; Colloredo-Mansfeld et al., 2018), uma vez que para delimitar recursos e pessoas que acessam tal recurso (mesmo que de maneira informal) é preciso conhecer o ecossistema envolvido. O outro, tem relação com “acordos de escolha coletiva”, ou seja, há participação coletiva e ativa da comunidade na tomada de decisão. Conhecer o local ajuda os membros pertencentes a um bem comum a conhecerem a realidade local, tornando-os capazes de indicar potencialidades, restrições e alternativas de uso, de criação e de adaptação de regras locais (Soares et al., 2017). Ou visto como processo desencadeado pela aprendizagem social (Alipour & Arefipour, 2020).

Finalmente, “conhecimento para ações coletivas”, referente a necessária “gestão da atividade turística” para ajudar a comunidade local em ações relacionadas à atuação e ao desenvolvimento do turismo. O que requer o seu preparo por meio de educação (formal ou informal), como oficinas e consultoria (Ruiz-Ballesteros & Brondizio, 2013), e a profissionalização da oferta turística em um atendimento de excelência em bem-receber, despertando no turista a consciência sobre o valor do lugar visitado e levando-o, assim, a pagar um preço justo pelos produtos locais (Pintassilgo & Silva, 2007).

Ainda mais que Czernek (2017) afirma que o turismo, a hospitalidade e o setor hoteleiro trabalham muito com o conhecimento tácito - difícil de explicar e transferir, conforme Polanyi (1967), sendo, então, ainda mais necessário investir gestão do conhecimento.

O segundo subtema é a “troca de conhecimento entre entidades” para atingir um princípio de Ostrom (1990): empreendimentos aninhados. Isso porque a dificuldade de compartilhar conhecimento entre usuários retrata a dificuldade de sustentar o bem comum (Cole & Browne, 2015). O que leva a ocorrência de ações unilaterais (entre diferentes instituições locais ou esferas de poder: regional, estadual, federal), pois a intercooperação entre as entidades exige a troca de conhecimentos e informações para encontrar soluções adequadas e alinhadas com a localidade (Soares et al., 2017).

Assim, o conhecimento também ajuda a “estruturar uma visão em comum e as regras” para alcançar a sustentabilidade do bem comum turístico. De início é importante ter conhecimento sobre o bem comum: suas fragilidades, limitações, condições especiais para conseguir sustentá-lo, mesmo com a atividade turística. Fato que ajuda a criar um entendimento comum sobre o recurso compartilhado e a direcionar os visitantes no sentido de respeitar tal recurso (Heenehan et al., 2014; Moore & Rodger, 2010; Ruiz-Ballesteros & Brondizio, 2013).

Outro subtema é a “criação de conhecimento comum como base de decisões e ações coletivas” e tem relação com a estruturação de uma visão em comum, pois cada participante dispõe de elementos distintos (recursos, percepções, conhecimento, visão de mundo) que precisam ser contemplados e compreendidos para direcionar as ações do bem comum no turismo (Ruiz-Ballesteros & Brondizio, 2013). Assim, a falta de conhecimento e consciência comum acaba prejudicando a auto-organização, já que o auto-regulamento é afetado nos níveis individual, comunitário e regional (Alipour & Arefipour, 2020; Cole & Browne, 2015). Ou colocado de forma resumida, a gestão do conhecimento comum é um contexto em muitas iniciativas de bem comum (Ruiz-Ballesteros, 2017).

Criar um conhecimento comum ajuda também a lidar com a diferença de conhecimento entre os atores, principalmente entre os autóctones e os externos ao destino. Briassoulis (2002) lembra que muitos dos externos se caracterizam como poderosos apropriadores e usuários de recursos comuns, dominando o processo de desenvolvimento do turismo. Diferença que gera conflitos e dificuldades adicionais para a gestão sustentável do bem comum no turismo. Já Soares et al. (2017) refletem que os autóctones detêm um conhecimento maior dos conflitos existentes na localidade, e por vezes das soluções já implantadas, com ou sem sucesso. Ponto importante quando se pretende realizar um trabalho de bem comum em um destino, que requer a confiança entre grupo para realizar as ações coletivas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa permitiu o alcance do objetivo deste estudo. Por meio dos textos analisados veio à tona aspectos significativos da real contribuição do conhecimento para o bem comum turístico. As categorias levantadas partiram da aglutinação em quatro temas gerais em

que o conhecimento é fundamental para a relação entre *Commons* de conhecimento e turismo para alcançar um destino turístico sustentável.

Na perspectiva do *Commons*, conhecimento e responsabilidade são compartilhados pelos atores dos mais variados recursos turísticos pode ser uma forma eficaz para assegurar a gestão sustentável do Turismo.

Sobre os *commons* de conhecimento (*knowledge commons*) é possível entendê-lo como um potencializador para alcançar um destino turístico sustentável por meio da governança comunitária institucionalizada do fluxo de conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

- Alban, M. (2008). A Insustentabilidade do Turismo no Brasil e o Sucesso de Praia do Forte: uma análise exploratória com base na nova economia institucional. *Turismo em Análise*, 19(1), 3-24.
- Alipour, H. & Arefipour, T. (2020). Rethinking potentials of Co-management for sustainable common pool resources (CPR) and tourism: The case of a Mediterranean island. *Ocean & Coastal Management*, 183.
- Barnett-Page, E. & Thomas, J. (2009). Methods for the synthesis of qualitative research: a critical review. *BMC Medical Research Methodology*, 9 (1).
- Bollier, D. & Helfrich, S. (ed.). (2019). *Free, Fair, and Alive: The Insurgent Power of the Commons*. Canada: New Society Publishers.
- Bollier, D. (2007). The Growth of the Commons Paradigm. In Hess, C. & Ostrom, E. (eds). *Understanding knowledge as a commons: From theory to practice*, 27-40.
- Borges, M. do R., Eusébio, C., & Carvalho, N. (2012). Knowledge transfer for the development of sustainable tourism: focus on official Portuguese tourism websites. *International Journal of Tourism Policy*, 4(3), 183-205.
- Briassoulis, H. (2002). Sustainable Tourism and the Question of the Commons. *Annals of Tourism Research*, 29(4), 1065-1085.

- Briassoulis, H. (2015). Tourism and common pool resources. In Hall, M. G. & Scott, D. (ed.). *The Routledge handbook of tourism and sustainability*. London e New York: Routledge, 92-104.
- Cao, Y. et al. (2016). Lake Macroinvertebrate assemblages and relationship with natural environment and tourism stress in Jiuzhaigou Natural Reserve, China. *Ecol. Indicat.* 62, 182-190.
- Carlsson, L. & Sandström, A. (2008). Network governance of the commons. *International Journal of the Commons*, 2(1), 33-54.
- Cole, S. & Browne, M. (2015). Tourism and water inequity in Bali: A social-ecological systems analysis. *Human Ecology*, 43(3), 439-450.
- Colloredo-Mansfeld et al. (2018). Conflicts, territories, and the institutionalization of post-agrarian economies on an expanding tourist frontier in Quilotoa, Ecuador. *World Development*, 101, 441-452.
- Czernek, K. (2017). Tourism features as determinants of knowledge transfer in the process of tourist cooperation. *Current Issues in Tourism*, 20(2), 204-220.
- Dodds, R. (2010). Koh Phi Phi: Moving towards or away from sustainability? *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 15(3), 251- 265.
- Gil, S. M., Korstanje, M. E. & Peral, P. P. (2020). El turismo como objeto de investigación. *Rosados Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(1), 81-105.  
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i1p81>
- Hatipoglu, B., Alvarez, M. D., Ertuna, B. (2016). Barriers to stakeholder involvement in the planning of sustainable tourism: The case of the Thrace region in Turkey. *Journal of Cleaner Production*, v. 111, p. 306-317.
- Healy, R. G. (1994). The “Common Pool” Problem in Tourism Landscapes. *Annals of Tourism Research*, 21(3), 569-611.
- Heenehan, H. et al. (2014) Using Ostrom's common-pool resource theory to build toward an integrated ecosystem-based sustainable cetacean tourism system in Hawai'i. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(4), 536-556.
- Hess, C. & Ostrom, E. (2007). *Understanding knowledge as a commons: from theory to practice*. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press.

- Holden, A. (2005). Achieving a sustainable relationship between common pool resources and tourism: The role of environmental ethics. *Journal of Sustainable Tourism*, 13(4), 339-352.
- Holm, C. C. et al. (2017). Planejamento participativo do turismo e seus desafios: A aplicação dos princípios de Elinor Ostrom na Colônia Witmarsum-PR, Brasil. *Rosa dos Ventos*, 9(3), 457-471.
- Joppe, M. (2018). Tourism policy and governance: Quo vadis? *Tourism Management Perspectives*, 25, 201–204. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2017.11.011>.
- Krolikowski, C. & Brown, G. (2008). The Structure and Form of Urban Tourism Precincts: Setting the Stage for Tourist Performances. In Hayllar, B., Griffin, T. & Edwards, D. (Ed). *City Spaces Tourist Places: Urban Tourism Precincts*. Butterworth-Heinemann, Oxford, 127–149.
- Marcinek, A. A., & Hunt, C. A. (2019). Tourism and cultural commons in the Ecuadorian Amazon. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 17 (4).
- Martins, M. R. (2018). *Turismo sustentável: o protagonismo da juventude e a conservação do patrimônio natural-cultural do quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil*. 2018. 1 recurso online (225 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- Mcleod, M. & Vaughan, R. (Eds.) (2015). *Knowledge networks and tourism*. Oxford: Routledge.
- Michailidou, A. V., Vlachokostas, C. & Moussiopoulos, N. (2016). Interactions between climate change and the tourism sector: multiple-criteria decision analysis to assess mitigation and adaptation options in tourism areas. *Tourism Management*, 55, 1-12.
- Moore, S. A. & Rodger, K. (2010). Wildlife tourism as a common pool resource issue: enabling conditions for sustainability governance. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(7), 831-844.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ostrom, E. et al. (1999). Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. *Science*, 284, 278–282.
- Papageorgiou, M. (2016). Coastal and marine tourism: a challenging factor in Marine Spatial Planning. *Ocean Coast Management*, 129, 44-48, 2016.

- Pearce, D. G. (1989). *Tourist Development*. New York: Longman.
- Phan, T. D. et al. (2016). A Systemic Approach to Understand the Conservation Status and Viability of the Critically Endangered Cat Ba Langur. *Systems Research and Behavioral Science*, 33(6), 742-752.
- Pintassilgo, P. & Silva, J. A. (2007). "Tragedy of the commons" in the tourism accommodation industry. *Tourism Economics*, 13(2), 209-224.
- Polanyi, M. (1967). *The tacit dimension*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- Ponting, J. & O'brien, D. (2014). Liberalizing Nirvana: an analysis of the consequences of common pool resource deregulation for the sustainability of Fiji's surf tourism industry. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(3), 384-402.
- Ruiz-Ballesteros, E. & Brondizio, E. (2013). Building negotiated agreement: The emergence of community-based tourism in Floreana (Galápagos Islands). *Human Organization*, 72(4), 323-335.
- Ruiz-Ballesteros, E. (2017). Comunidad, bienes comunes y turismo en Floreana (Islas Galápagos). *Revista de Antropología Social*, 26(2), 333-354.
- Ruschmann, D. (2016). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Papyrus editora, 2016.
- Sæþórsdóttir, A. D., Hall, C. M. & Wendt, M. (2020). Overtourism in Iceland: Fantasy or reality? *Sustainability*, 12(18).
- Sanz-Ibáñez, C., Lozano, S., & Clavé, S. A. (2019). Brokers in a destination's knowledge networks. *Journal of Destination Marketing & Management*, 11, 120-129.
- Scheyvens, R. (2011). *Tourism and poverty*. New York: Routledge.
- Shaw, G., & Williams, A. (2009). Knowledge transfer and management in tourism organisations: An emerging research agenda. *Tourism management*, 30(3): 325-335.
- Sofield, T. (2003). *Empowerment for sustainable tourism development*. Oxford: Elsevier.
- Soares, J. G. et al. (2017). Planejamento participativo do turismo em comunidades rurais: Estudo comparativo entre as comunidades étnicas de Castrolanda, Entre Rios e Witmarsum no Paraná, Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 15(4), 897-911.
- Souza, M. T. de, Silva, M. D. de & Carvalho, R de (2010). Revisão Integrativa: O que é e como fazer? *Einstein*, 8(1), 102-106.

- Tasso, J. P. F., Moesch, M. M. & Nóbrega, W. R. de M. (2021). Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 15(1), 2141.
- Tranfield, D., Denyer, D. & Smart, P. (2003). Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14(3), 207-222.
- Trunfio, M. & Campana, S. (2019). Drivers and emerging innovations in knowledge-based destinations: Towards a research agenda. *Journal of Destination Marketing & Management*, 14.
- Tseng, Y.-P. et al. (2011). Modeling the impacts of cetacean-focused tourism in Taiwan: observations from cetacean watching boats: 2002-2005. *Environmental Management*, 47(1), 56-66.
- Wang, H. (2014). Economic Analysis on Problems Derived from Rural Tourism 'Enclave Operation'. *Proceedings...* International Conference on Education, Management and Computing Technology (ICEMCT), 151-155.
- Wearing, S. L., & Ponting, J. (2009). Breaking down the system: How volunteer tourism contributes to new ways of viewing commodified tourism. In Jamal, T., & Robinson, M. (Eds.). *The Sage handbook of tourism studies*. London: Sage, pp. 254-268.
- Zhang, Y. (2020). How Did the Lost Shangri-La Get Lost? The Tragedy of the Groundwater Commons in Lijiang, China. *Water*, 12(11).